



JUSTIÇA

Só 12% das investigações por corrupção chegam a julgamento

O número de processos em investigação ultrapassa largamente o dos que chegam a tribunal. Aí, os que terminam em condenações não chegam a metade. O problema são as exigências legais e a falta de meios, dizem os especialistas.

Ricardo Castelo



No ano passado 113 pessoas foram constituídas arguidas e julgadas pelo crime de corrupção. Destas, 55 foram condenadas.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

O Em 2013 deram entrada na Polícia Judiciária 306 novos processos de investigação por crimes de corrupção. No mesmo ano, foram a julgamento, nos tribunais de primeira instância, apenas 37 processos, ou seja, o equivalente a 12% dos novos processos em investigação.

Estas são as estatísticas mais recentes do Ministério da Justiça e os números revelam também que, dos

arguidos que chegam a julgamento acusados do crime de corrupção, menos de metade acabam por ser condenados. Também em 2013, foram contabilizados 113 arguidos para 55 condenações.

Sendo certo que estamos no campo das estatísticas e que "há sempre que olhar para as situações em concreto", estes números não surpreendem Paulo Morais, vice-presidente da Associação de Integridade e Transparência e especialista em temáticas de corrupção. "O crime de corrupção é de muito difícil acusação. Obriga a que se saiba quem é o corrupto, quem é o corrompido, qual foi o acto administrativo que deu origem ao crime, qual a interconexão entre tudo isso", explica. Tanto até que a estratégia do Ministério Público, nos últimos tem-

pos, tem sido a de "optar, sempre que possível, por tentar provar o crime de prevaricação, em que a prova é mais fácil, bastando, em termos gerais, provar que o Estado foi lesado em termos patrimoniais".

Isso justificará, igualmente, o facto de, quando se chega a julgamento, uma parte significativa dos arguidos acabar por ser absolvida. "Não digo que não haja julgamentos justos e absolvições bem feitas, mas de facto, a prova é complicada e a falta de meios pode conduzir a investigações mal feitas que não se aguentam num julgamento", prossegue Paulo Morais

Investigação aos vistos "gold" terá de ser rápida

O tema da corrupção volta à or-

dem do dia com a megaoperação "Labirinto", em que há 11 arguidos envolvidos no chamado processo dos vistos "gold". Neste caso, há uma diferença em relação a outros processos recentes e também de grande dimensão: "Estão envolvidos altos quadros da administração pública" e isso dá à investigação contornos "pouco habituais", afirma o especialista.

De acordo com as estatísticas fornecidas pelo Ministério da Justiça, a duração média dos processos de corrupção na fase de julgamento andou, em 2013, nos 10 meses. Neste caso, contudo, acredita Paulo Morais, tudo teria de ser muito mais rápido. "Ou o processo é muito célere, ou não vai dar em nada. Num qualquer país nórdico, as pessoas que trabalhavam com os arguidos seriam imediata-

O crime de corrupção está deliberadamente tipificado com muitas garantias e um quadro legal muito complexo. Tem de haver uma simplificação, mas isso só teria efeitos numa estratégia global de combate à corrupção.



PAULO MORAIS

Vice-presidente da Associação de Integridade e Transparência

mente suspensas. Aqui não, ficam nos seus locais de trabalho, podendo branquear situações a que os investigadores provavelmente já não vão ter acesso", lamenta.

Ainda segundo as estatísticas da Justiça, entre os crimes que chegam a julgamento na primeira instância, os mais comuns são os de corrupção activa, ou seja, aqueles em que a acção é praticada pela pessoa que corrompe (caso contrário, será corrupção passiva). O crime de corrupção, recorde-se, ocorre quando alguém que ocupa uma posição dominante aceita receber uma vantagem indevida em troca da prestação de um serviço. A pena aplicável pode ir até cinco ou até oito anos e pode ser agravada dependendo dos valores envolvidos. ■

TOME NOTA

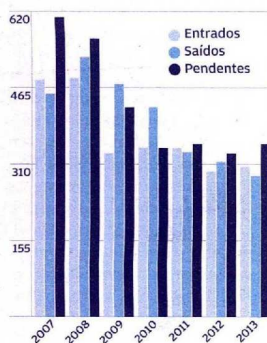
Os números dos crimes de corrupção

As estatísticas mostram menos novos processos por corrupção e, em relação directa com isso, também menos processos a chegar à fase de julgamento e a ser efectivamente condenados. Os julgamentos também são mais rápidos.

NOVOS CASOS NA PJ VOLTAM A SUBIR

Movimento de processos de corrupção na PJ

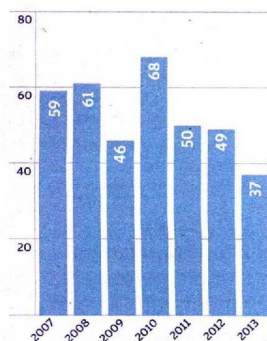
Depois de registarem uma queda significativa desde 2007 - em 2012 a diferença foi de menos 38,6% -, o número de novos processos de investigação contabilizados nas estatísticas da Polícia Judiciária voltou a subir em 2013. Em consequência, também o número de pendências no final do ano aumentou.



INVESTIGAÇÕES FICAM PELO CAMINHO

Processos de corrupção na fase de julgamento

Comparando o número de novos processos entrados na PJ com os que acabam por ser julgados na primeira instância, a relação é de 12%. Refira-se também que, de acordo com as estatísticas da Justiça, dos que são dados como findos, cerca de metade avança com um recurso para tribunais superiores.



Fonte: Ministério da Justiça